

---

# CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA DOMÉSTICA CAMPONESA ENTRE OS MORADORES DO ANTIGO SERTÃO DE SANTO AMARO-SP

## CHARACTERISTICS OF DOMESTIC PEASANT ECONOMY AMONG RESIDENTS OF ANCIENT SERTÃO OF SANTO AMARO-SP

Giancarlo Livman Frabetti<sup>1</sup>

---

**RESUMO:** Este trabalho busca reconstituir a produção do espaço rural na área do antigo Sertão de Santo Amaro por meio do estudo da atividade produtiva realizada pelas famílias camponesas descendentes dos antigos imigrantes alemães da Colônia de Santo Amaro, os quais vieram a se miscigenar aos caboclos anteriormente já presentes nesta área. Analisamos esta atividade produtiva a partir dos elementos da chamada economia doméstica, de modo a demonstrar que a constituição do subúrbio rural de São Paulo (esse elemento característico da própria centralidade da cidade) é contraditoriamente produzida por meio do seu oposto, ou seja, o trabalho camponês fundado na família como unidade de produção e consumo.

**Palavras-chave:** Espaço Rural, Imigração Alemã, Trabalho Agrícola.

**ABSTRACT:** This paper aims to reconstitute the rural space production at the ancient Sertão de Santo Amaro area through the study of the productive activity established by peasant families descending from German immigrants at Colônia de Santo Amaro, which intermarried the Brazilian caboclos previously present at this area. We have considered the elements of domestic economy in order to analyze this productive activity, so that we can demonstrate that the constitution of São Paulo's rural suburbs (which consist in a typical characteristic of the city's centrality itself) are contradictorily produced by its own opposite, that is the household-based peasant work.

**Key words:** Rural Space, German Immigration, Agricultural Work.

### Introdução

O presente texto tem o objetivo de reconstituir a produção do espaço rural em uma área do entorno da cidade de São Paulo a partir da análise dos elementos componentes da economia camponesa de base doméstica praticada entre os moradores das terras correspondentes ao antigo Sertão de Santo Amaro.

O Sertão de Santo Amaro teve a história de sua ocupação marcada pelo projeto de instalação, entre 1827 e 1829, de um núcleo de trabalhadores imigrantes em regime de trabalho livre sob a condição de pequenos proprietários de terra nas cercanias da cidade de São Paulo. Trata-se do primeiro núcleo colonial dentre outros que viriam a surgir, mais

---

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo.

Artigo recebido em maio de 2013 e aceito para publicação em julho de 2013.

---

tarde, no entorno rural desta cidade, criados como consequência de uma determinada linha dentre as políticas imigrantistas surgidas no século XIX no Brasil existentes por conta da emergência da crise do trabalho escravo.

Formada por colonos de origem alemã, a colônia de Santo Amaro foi uma experiência considerada fracassada (ZENHA, 1977), por conta do fato de que houve a dispersão das famílias ali instaladas (o que se deve, entre outros fatores, ao abandono da colônia por parte do governo imperial). Além disso, a miscigenação do imigrante alemão com o caboclo que já habitava o Sertão de Santo Amaro e a assimilação das práticas do morador local por parte do imigrante são consideradas, numa visão eurocêntrica e preconceituosa recorrente na literatura sobre o tema, como fatores de “retrocesso cultural”, conforme SIRIANI (2003) já apontou criticamente.

No entanto, o estabelecimento das famílias descendentes desses imigrantes alemães aculturados pelo contato com o caipira dos arredores de São Paulo ao longo das terras do Sertão de Santo Amaro (área correspondente, atualmente, aos distritos de Parelheiros e Marsilac, em São Paulo, além dos municípios de Embu, Embu-Guaçu e parte de Jujubim) sugere que, ao contrário do suposto fracasso do projeto de instalação da colônia alemã de Santo Amaro, houve, de fato, por meio do trabalho dessas famílias, a transformação das antigas terras de florestas tropicais atlânticas em terras rurais as quais passaram a estabelecer uma relação suburbana com a cidade de São Paulo que então se modernizava.

Apresentamos a seguir o resultado de entrevistas feitas com descendentes dessas famílias de imigrantes alemães acabocladados nas quais os depoentes relatam como se deu esse trabalho a partir do qual as terras a sudoeste de São Paulo transformaram-se em terras cultivadas e integradas à economia urbana então nascente. Estas entrevistas foram realizadas em janeiro de 2008 nas cercanias do bairro do Cipó, em Embu-Guaçu e nos Distritos de Parelheiros e Marsilac, na zona Sul de São Paulo. A partir dessas falas, pretendemos demonstrar que, por meio dos elementos constituintes da economia de base doméstica, constituiu-se uma porção dos subúrbios rurais de São Paulo, estruturando-se, a partir desta condição, uma clara divisão do trabalho entre a cidade e os seus arredores.

Os dados e a análise aqui apresentados foram extraídos de parte de nossa dissertação de mestrado em Geografia Humana realizada sob a orientação do prof. Dr. Júlio César Suzuki defendida em outubro de 2008 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, tendo esta pesquisa sido realizada com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

### **O trabalho agrícola e a produção para consumo próprio nas unidades de produção familiares**

A princípio, podemos definir a economia de base doméstica como aquela em que não está preponderantemente presente o trabalho assalariado, mas, sim, familiar; além disso, a economia doméstica tem como objetivo, fundamentalmente, satisfazer as necessidades das próprias famílias de trabalhadores (não visam, portanto, a acumulação). O uso da terra é destinado simultaneamente à produção de mercadorias e à reprodução dos meios de vida familiares. Para compreendermos a peculiaridade desta forma de economia, vejamos, a seguir, algumas indicações teóricas sobre o seu núcleo, que é a *unidade de produção familiar*.

Um trabalho clássico de caracterização da unidade de produção camponesa e, por conseguinte, do próprio campesinato é o de CHAYANOV (1986). De maneira geral, da obra deste autor, depreende-se que a essência da vida camponesa está enraizada nos estabelecimentos

rurais familiares, unidade básica de sua economia e de sua sociedade tradicional. O que teoricamente implica a ideia de especificidade dos fenômenos sociais e não de leis sociais gerais: os camponeses formariam comunidades singulares, dotadas de uma historicidade própria e tidas como um dado à parte e até mesmo contra a estrutura social capitalista que rapidamente emergia na Rússia ao final do século XIX. A linha de pensamento desse autor indicava que, baseado na propriedade comunitária da terra, o campesinato russo encerrava em si mesmo a resistência e a oposição ao capitalismo; daí sua posição política favorável ao fomento das cooperativas camponesas no projeto de uma sociedade revolucionária.

Ao analisar o estabelecimento familiar camponês, CHAYANOV (1986) o toma como uma *unidade de produção e de consumo*. A própria família camponesa é tomada como um trabalhador coletivo, um conjunto dentro do qual se pode estabelecer o balanço entre a capacidade de gerar renda e as necessidades de consumo de seus membros. Assim, a reprodução familiar depende dos diferentes pesos de um fator sobre o outro: pode haver mais trabalhadores ou mais consumidores por família, relação esta que varia ao longo do tempo de acordo com o próprio ciclo de vida (morte ou nascimento de membros, por exemplo); este balanço resultando ou não no alcance do objetivo central da família que é a obtenção dos seus meios de sobrevivência.

Ao invés da mobilidade social necessariamente polarizadora sugerida pela teoria da diferenciação de LÊNIN (1982), sobre a qual ergueu-se toda uma política para o campo na Rússia durante o século XX, CHAYANOV (1986) propõe que a *diferenciação demográfica*, determinada pela composição e pelo tamanho da família camponesa, incidiria sobre o tipo de atividade desenvolvida e sobre o volume econômico da produção. Portanto, uma lógica interna própria à unidade de produção doméstica seria o determinante da sua dinâmica. Ou seja, não se tratava da diferenciação social (um processo de capitalização, por um lado, e proletarização, de outro, desconfigurando-se o próprio campesinato), e sim, de uma busca da identidade e da unidade da economia de base familiar, a qual deveria ser primordialmente levada em consideração ao se formular políticas sociais no campo.

Some-se ao ciclo de vida dos membros da família, ainda, a influência dos ciclos da natureza sobre a economia doméstica: em função da estação do ano, por exemplo, pode não haver lugar para todos os membros da família na agricultura; é quando pode ser necessário empregar a força-de-trabalho em atividades não-agrícolas, ou seja, encontrar ocupação para os membros da família quando a atividade agrícola torna-se inviável.

Principiando nossa descrição da produção econômica doméstica entre as famílias de trabalhadores rurais ao sul de São Paulo com base nos instrumentos analíticos ora apresentados, temos que as famílias instaladas nessa área, apesar de todas as dificuldades enfrentadas no começo, vieram a tornar-se numerosas, condição necessária à racionalidade econômica empreendida, conforme podemos notar na entrevista abaixo, realizada com o sr. Benedito RoschelSchunck:

**Pesquisador (P):** Quantos filhos o sr. falou que ela [sua mãe] tinha?

**Sr. Benedito RoschelSchunck (B):** 14 filho... e ainda tinha um pequenininho... 15 filho.

**P:** E aí ela trabalhava... ela sempre foi agricultora, sua mãe?

**B:** Sempre foi agricultora.

**P:** E o senhor trabalhava com ela, então?

**B:** Trabalhava... muleque e toda vida, trabalhava junto com ela. Ia na escola a pé daqui lá no Cipó [mostra com um gesto]. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

O trabalho na lavoura dos colonos imigrantes era, via de regra, realizado com base na força-de-trabalho dos membros da família e, esta, como um todo, participava do consumo. No entanto, é indispensável fazer a ressalva de que outras relações de trabalho se davam nas unidades de produção agrícolas, todavia, sob hegemonia do trabalho familiar. As relações de parceria, fundamentalmente entre, de um lado, proprietários descendentes e, de outro lado, colonos imigrantes e famílias caboclas (ou mesmo de parentes mais pobres), eram comuns e necessárias à obtenção de força-de-trabalho que pudessem dar conta de explorar glebas que chegavam a centenas de alqueires.

A respeito da quantidade de membros que majoritariamente compunham a força-de-trabalho nas unidades de produção domésticas, RIBEIRO (2002) nos indica importantes registros a respeito das primeiras gerações da família Schunck no Brasil. Os membros da primeira geração, Henrique, católico, (\*1776 + 1861?) e Catarina Schunck, protestante, (\*1780 +?) aceitaram as terras em Colônia Velha em 1930, mas ficaram poucos anos nesta localidade, “deslocando-se 6 quilômetros adiante, adquirindo uma propriedade rural que, sob sua responsabilidade e, em seguida, sob a do seu filho Henrique Schunck (2ª geração)”, único filho homem do casal, “transformara-se numa moderna e grande propriedade rural de 500 alqueires” (RIBEIRO, 2002: 86). Essa segunda geração da família – liderada pelo novo patriarca Henrique Schunck (\*1810+1861?) e sua esposa, Catarina Maria Klein (\*1813+1895) – teve dez ou onze filhos, entre eles, outro Henrique Schunck (\*30/04/1850 +16/07/1930), o sétimo da prole, casado com Maria André (\*10/11/1861 +?), o qual veio a se tornar o patriarca da terceira geração (RIBERIO, 2002). Esses três Henriques, portanto:

(...) foram os ‘chefes da família Schunck’ que, no decorrer de cem anos, adquiriram uma grande propriedade de 500 alqueires de terra, com mão de obra escrava e lavradores livres, em São José ou Cipó como sede do clã familiar. Ao redor, havia os parentes – donos de sítios de pequeno e médio porte (RIBEIRO, 2002: 88).

O cultivo da terra se dava basicamente por meio da agricultura de coivara, técnica que exige sempre a abertura de novas roças na mata. Enraizada na tradição indígena do planalto paulistano, a agricultura de coivara, devido ao seu caráter itinerante, implicava um longo ciclo de desmatamento e reconstituição de capoeiras, o qual acabaria se mostrando inviável para o regime de propriedade da terra que vinha se constituindo nesta área ao final do século XIX. As condições para a degradação do solo, portanto, estavam fundamentalmente postas pelo estabelecimento da propriedade fundiária privada. Contudo, muitos trabalhos sobre a agricultura no entorno paulistano atribuíam exclusivamente ao emprego do sistema de roça o empobrecimento da terra e, por consequência, da própria população.

Para COSTA (1958), os caipiras não sabiam “compor suas propriedades, tudo fazem de maneira empírica e só utilizam processos atrasados e deficitários”. Atentando de maneira eurocêntrica para as técnicas agrícolas utilizadas, ela afirma, sobre o caipira, que “sua técnica de cultivo é praticamente inexistente, pois, em regra, não emprega adubos, não utiliza o arado, desconhece remédios contra pragas, não se preocupa em selecionar as sementes”, nem com “a rotação de culturas” (COSTA, 1958: 115-6).

Nesse tempo, praticamente a totalidade dos meios de produção empregados na unidade de produção doméstica era obtida com o próprio trabalho familiar. Eram, portanto, instrumentos rudimentares, e não meios de produção adquiridos no mercado. Por exemplo, os meios de transportes utilizados (cavalos ou carros de boi) eram criados com recursos da própria roça. Os animais também eram utilizados para realizar a tração, tanto na lavoura quanto nas pequenas indústrias rurais.

Portanto, parte importante da obtenção de meios de produção nessas unidades domésticas de produção era a criação de animais, além de que, dessa atividade, podiam ser extraídos alimentos (ovos, carne) e fertilizante para as lavouras. Os animais eram normalmente alimentados com produtos da própria lavoura; os galinheiros e os estábulos eram construídos com trabalho próprio e materiais como a madeira extraída da mata ou plantada. Segundo o entrevistado sr. Hermenegildo Hessel, o milho, naquela época, era muito usado para alimentar a criação de animais. Sua família possuía suínos e bovinos, dos quais aproveitava-se o esterco na própria plantação. COSTA (1958), novamente, destaca aquilo o que ela considera “rudimentar” nessa prática:

Convencido de que as galinhas presas em recinto fechado não põem ovos, mantêm-nas soltas na propriedade ou, quando muito, no interior de amplos cercados. Julga desnecessário selecionar as raças, daí resultando um sem-número de cruzamentos, de que constitui um excelente testemunho o tipo bem conhecido de ‘galinha caipira’. Dando-lhes reduzida alimentação (que, geralmente não passa de grãos de milho), deixando-as ao léu, só consegue um produto de pequeno tamanho e de escassa produção de ovos. Não passa de exceção o caso em que galinheiros são construídos e alimentação racional é dada às aves. (...) Comum é a criação de porcos destinados ao consumo da família e à venda, depois da necessária engorda. Também costuma ter alguns cabritos e aprecia a criação de patos (COSTA, 1958: 124).

Cabe apontar que o objetivo fundamental do trabalho nesses sítios policultores era o de prover diretamente a produção dos meios de vida para as famílias camponesas. A pressão do mercado urbano na intensificação da prática agrícola era, portanto, mínima, até então. Muitas das trocas realizadas entre os camponeses e os mercados urbanos, principalmente o Mercado Municipal de Santo Amaro, sequer envolviam dinheiro. Trata-se, portanto, de uma economia do excedente (e não propriamente daquilo o que se convencionou chamar de agricultura de subsistência). O depoimento seguinte, contribuição de d. Maria de Lourdes Schunck, no qual se menciona o fato de que a maior parte da lavoura dessas famílias era destinada ao próprio consumo doméstico, exprime o objetivo primeiro do trabalho agrícola entre os colonos de Santo Amaro:

**Pesquisador (P):** Com agricultura, o seu marido, ou mesmo a senhora, já chegaram a trabalhar em algum momento da vida de vocês?

**D. Maria de Lourdes Schunck (ML):** (...) a gente tudo já começou com a lavoura. [Após os primeiros anos de casamento] as madeira [a atividade de extração madeireira] já ficou difícil... tudo longe pra cortá, assim. Aí passaram prá fazer as lavoura. Eu, toda vida ajudei minha mãe nas lavoura, e agora meus filho é as lavoura, que eles fazem aqui.

**P:** E a lavoura que eles faziam no começo do que era?

**ML:** No começo era milho, feijão, mandioca... era o que mais se fazia.

**P:** Era pra vender isso?

**ML:** Era, mas era mais pro gasto de casa, agora que eles tão fazendo prá vendê, comerciá lá fora. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

A economia camponesa típica é caracterizada, segundo CHAYANOV (1986), pela força-de-trabalho familiar e pela *lógica doméstica de sua produção* (ou seja, nem capitalista,

nem feudal): visa primordialmente garantir a reprodução das necessidades familiares, e não a realização do lucro e a acumulação. Assim, de acordo com esse objetivo da produção, os meios de vida de que necessitava a família camponesa eram criados, de maneira geral, com seu próprio trabalho, utilizando instrumentos próprios e rústicos. Mas não só eram produzidos de maneira direta os alimentos para a satisfação das necessidades dos membros da família; objetos de uso pessoal também eram confeccionados por familiares ou por vizinhos. Tratam-se de atividades que foram de extrema importância para a aquisição de meios de sobrevivência em uma situação na qual circulava pouco dinheiro. Portanto, a disponibilidade de tempo de trabalho, dividida entre outras atividades além da agricultura, tinha enorme importância sobre a capacidade da família de satisfazer suas necessidades.

CHAYANOV (1986) já chamava a atenção para a importância do trabalho não-agrícola na economia doméstica. Um dos fatores que explica o emprego de tempo de trabalho em tais atividades é, segundo CHAYANOV (1986), a chamada *auto-exploração da força de trabalho*, fator fundamental para a compreensão da lógica interna da unidade de produção doméstica. Essa auto-exploração se traduz no grau de intensidade do trabalho, dado ainda conforme a relação entre o total de consumidores e o número de membros aptos ao trabalho. Por exemplo: dependendo do número de homens em cada família, pode ser necessário ou não empregarem-se maiores esforços individuais na atividade agrícola; varia também o tempo que deve ser empreendido em sua realização. Com isso, fica também determinada a quantidade de tempo que pode ser dedicada ao trabalho não-agrícola, como é o caso do artesanato. Segundo SHANIN (1983), a composição da família (homens e mulheres; crianças, adultos e idosos) também é importante, pois define o excesso ou a falta de braços na lavoura, bem como o número de membros da família ocupados em atividades como o artesanato. O sr. Hermenegildo Hessel, em seu depoimento, nos conta a respeito da importância do artesanato nesse tempo em que eram limitadas as relações com o mercado:

**Pesquisador:** Vocês plantavam verdura prá vender ou era só pro consumo de vocês?

**Sr. Hermenegildo Hessel (H):** Plantava pro gasto e vendia, também, né? Vendia pro pessoal daqui mesmo.

**P:** As vendinhas aqui de perto vocês utilizavam, também?

**H:** A gente comprava pouco, porque feijão, arroz, milho, essas coisas, tudo prantava. Então só comprava óleo...

**P:** E tecido? Já comprava as roupas feitas?

**H:** Não, tecido... minha mãe mesmo fazia... ela costurava. Ela mesmo fazia todas as roupas. Quando ia prá roça era roupa de saco. Que adubo, antigamente, em vez de plástico, vendia de saco de pano, igual que vende farinha. Então, minha mãe fazia camisa de saco, depois passava [ri]. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Ainda sobre a importância da costureira nessa economia doméstica, conta-nos d. Maria de Lourdes Schunck:

**Pesquisador (P):** E me conta uma coisa... essa coisa da costura, que é uma arte né? (...) De onde a senhora trazia os tecidos, quem escolhia os tecidos que a senhora usava, pra quem que a senhora costurava?

**Maria de Lourdes Schunck (ML):** É o seguinte eu costura pra uma loja que tinha aí no Cipó, né? Ele mandava os tecido e eu fazia tudo. Ele levava lá, ele vendia, levava outro... e às vez os vizinho aí, um queria uma coisa, outro queria outra, até

vestido de noiva eu fazia, né?

**P:** O tecido a própria pessoa trazia?

**ML:**É, eles trazia o tecido, eu só comprava a linha e fazia.

**P:** E traziam esse tecido da onde, Santo Amaro, de que lado eles traziam?

**ML:** Traziam lá das lojas, as vez passava vendedor [ambulante] por aí. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Sobre a importância do artesanato na economia doméstica, nos conta, ainda, a mesma entrevistada:

**Pesquisador (P):** E como era a vida da senhora quando a senhora casou?

**D. Maria de Lourdes Schunck (ML):** Eu costurava, fazia costura lá pros vizinho. Ganhava aquele dinheirinho, costurava pruma loja aqui no Cipó, e ele [o marido] serrava ali na serraria do meu pai. Depois, as criança foram crescendo, foi mudando prá escola, sacrificado que era a vida que só vendo... Tombava lenha pra ajudá, porque os menino era pequeno. (...) Tinha uma família grande que eu costurava pra eles, do Pedro Tico, talvez o senhor já conversou com algum deles (...). E ele tinha... quanto era os filho dele?

**Neta de d. Maria:** Dezoito... eram dezoito filhos

**Filha de d. Maria:** Quando chegava enchia a mesa.

**ML:**Eles plantava batatinha bastante, aqui. E a criançada, eu costurava pra eles. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Ainda tecendo considerações a respeito do trabalho familiar não agrícola, não se pode deixar de mencionar que as habitações construídas em período no qual, de maneira hegemônica, o próprio camponês produzia diretamente a maioria dos seus meios de vida, marcam as características dos estratos socioeconômicos do campesinato na época.

Considerando-se as famílias de caboclos mais simples, estas continuaram, por muitas décadas, habitando abrigos de barro amassado armado com estrutura de madeira e cobertas até mesmo com materiais vegetais encontrados na mata, tal como se fazia na tradição caipira, de origem indígena.

Já as descrições sobre o habitat dos descendentes de colonos alemães dos arredores de São Paulo constantemente evocam as casas construídas com trabalho familiar e com materiais extraídos diretamente da natureza com esta mesma força de trabalho familiar. Destacando a carência de objetos comprados no mercado na casa das famílias camponesas de Cotia, COSTA (1958), conseqüentemente, faz a seguinte análise do seu habitat:

Sua modesta habitação, de pau-a-pique e mais raramente de tijolos, é coberta com sapé ou telhas. O interior é terra batida. Usa a água do rio ou de poço, não conhece outra iluminação superior à do lampião de querosene. Com seu mobiliário pobre e extremamente parco, a casa caipira oferece, todavia, um ambiente agradável, sempre em ordem e bem varrida. Junto dela costuma-se erguer um mastro, em que balouça ao vento uma estampa de Santo Antônio, São João Batista ou de São Pedro – pormenor que constitui um de seus poucos motivos de orgulho e um símbolo de sua devoção particular (COSTA, 1958: 124).

Encontramos, em campo, remanescentes de lugares correspondentes, de um lado, aos pequenos núcleos familiares de camponeses antigos ou, de outro lado, aos sítios dos patriarcas

de famílias imigrantes, geralmente mais abastados, casas as quais ainda hoje se encontram erguidas, variando muito seu estado de conservação. Representam, para nós, um importante testemunho da organização social na época aqui abordada. A constatação da variedade de formas de construção das habitações no interior de um mesmo bairro constitui um registro extremamente significativo dessa forma de organização comunitária caipira, (sobre a qual teremos considerações aprofundadas no próximo segmento desta dissertação), a qual unia em uma só comunidade, pelo sentimento de pertencimento ao lugar e ao seu povo, estratos econômicos distintos do campesinato e mesmo famílias de proprietários fundiários.

Utensílios domésticos, tais como o fogão e o forno, também eram obtidos com meios e trabalho próprios da família, já que o dinheiro circulava muito pouco entre os camponeses, conforme nos conta d. Maria de Lourdes Schunck:

**Pesquisador (P):** Como era a cozinha antigamente?

**D. Maria de Lourdes Schunck (ML):** A cozinha... era fogão de lenha, só lenha... e o forno de assá o pão.

**Filha de d. Maria (F):** Era de barro alguns...

**Neta de d. Maria:** A avó tem, tem fogão de lenha.

**ML:** A minha vó já fazia, fazia o pão, fazia muita coisa boa, tinha que vê que coisas gostosas que saía.

**P:** E a senhora cozinhava o quê? As suas avós, como era o dia-a-dia na cozinha, e qual era a especialidade delas?

**ML:** Feijão, arroz, carne assada, eles tinham fartura.

**F:** De tudo um pouco...

**ML:** Dinheiro eles num tinha, era meio pobre de dinheiro, mas comida tinha a rodo (...). (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Na casa dos familiares, pomares de árvores frutíferas constituíam parte importante da alimentação. Sobre esta prática de aproveitar os frutos de árvores nos quintais das chácaras, conta-nos, a respeito de sua infância, d. Maria de Lourdes Schunck:

**Pesquisador:** E como era o dia-a-dia desses avós aí? Quando ia visitar esses avós Roschel, fazia o que lá?

**D. Maria de Lourdes Schunck:** Laranja, chupava laranja. Tinha um pomar que tinha laranja, papai levava o cavalo, que nós ia de cavalo, era difícil pra ir, né? Trazia uma sacada de laranja e nós vinha... dois, três em cima de um cavalo só. E era assim, ia vê eles lá cada mês, assim. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

A condição de produtor direto dos seus próprios meios de vida fez ressaltar, ao olhar de toda uma tradição de cientistas sociais, a pobreza e a inércia do camponês livre do entorno de São Paulo. A precariedade de suas técnicas agrícolas, a simplicidade de seu habitat, as doenças às quais se vê acometido, tudo isso é atribuído única e exclusivamente à suposta incapacidade, culturalmente determinada, desse sujeito prosperar. Ao ver-se fadado ao fracasso, “prefere tornar-se um trabalhador assalariado” (COSTA, 1958: 123). Finaliza a autora, afirmando sobre a atividade agrícola do caipira:

É profundamente triste constatar que sua ignorância, seu fatalismo, sua inércia, falta de ambição e desconhecimento da técnica mais rudimentar refletem-se nas propriedades

em que trabalham por conta própria. O caipira não sabe aproveitar convenientemente o solo, nem consegue auferir lucros com o que produz. Alega com freqüência que a terra não presta ou está cansada (...). Via de regra, suas lavouras não chegam para atender às necessidades da própria subsistência; em canteiros assimétricos e desalinhados, plantam pequena roça de milho, exíguo mandiocal, umas poucas verduras e flores; no mais, apenas algumas laranjeiras, limoeiros e bananeiras (COSTA, 1958: 122-3)

Para os propósitos desta pesquisa, o trabalho de CHAYANOV (1986) é uma referência fundamental, pois expõe os termos de funcionamento daquilo que o autor denomina *sistemas econômicos não-capitalistas*. A ideia de tomar o trabalho familiar na terra como uma unidade de produção e consumo, bem como a compreensão da teleologia da produção camponesa, constitui indispensavelmente o ponto de partida para se conceber a problemática da recriação da economia não-capitalista no seio de formações sociais conduzidas hegemonicamente pelo processo do capital; uma economia imersa numa sociedade de mercado em que a integração por meio do trabalho dividido se mostra complexa a ponto de aparentemente ocultar a existência e o papel desta sociabilidade singular, produtora de uma paisagem igualmente singular.

Todavia, é necessário não só o esforço de apontar a pertinência, mas também as limitações da obra de CHAYANOV (1986), principalmente a de que, devido à grande diversidade de formações sociais em que se verificou e ainda se verifica a ocorrência da reprodução do trabalho familiar, a especificidade do funcionamento das unidades de produção camponesas não pode ser tomada de maneira separada das condições históricas concretas dadas pelo desenvolvimento geral das forças produtivas em uma sociedade.

A capacidade de manipulação dos recursos naturais, aliada ao fato do trabalho familiar visar fundamentalmente o sustento da família, levou muitos estudiosos a confundir a situação que se dava com a ideia de agricultura de subsistência, encarando, de modo geral, o trabalho livre do entorno paulistano como um caso concreto de economia natural. Vejamos as implicações dessa discussão.

Ao tratar da *destruição da economia natural como pressuposto da criação do capital*, Rosa Luxemburg associa o termo ao comunismo primitivo, às sociedades indígenas e às comunidades aldeãs camponesas, as quais, essencialmente, “fundamentam sua organização econômica na conexão do meio de produção mais importante – a terra – assim como dos trabalhadores, por direito e tradição”, de modo que “não há excedente de produtos próprios, ou pelo menos nenhuma necessidade permanente de dar saída a produtos excedentes” (LUXEMBURG, 1970: 318).

Estudando os caipiras do Sertão de Itapeceira, QUEIROZ (1973) já propunha a seguinte distinção: “diferenciam-se os camponeses (vivendo com base na roça de subsistência, cujo excedente costumam vender) dos agricultores”, os quais também “constituem uma categoria independente de pequenos produtores rurais (proprietários ou não). Para eles, a roça é um elemento subsidiário” (QUEIROZ, 1973: 133).

MARTINS (1975) emprega o termo economia do excedente para desfazer a confusão criada em torno da ideia de “agricultura de subsistência” (esta última, exprimindo uma situação hipotética em que a família camponesa conseguiria, com seu trabalho, satisfazer absolutamente todas as suas necessidades, como se a própria condição camponesa pudesse se dar sem que minimamente haja um circuito de trocas). Já a economia do excedente refere-se à economia doméstica em situação de pouco desenvolvimento das relações de mercado, e que o produto do trabalho familiar é majoritariamente consumido pela família camponesa, calculando-se, porém, a produção de um excedente que, vendido, serve para

que o camponês possa adquirir outros itens os quais ele mesmo não tem como produzir (imprimindo-se, assim, um contorno comercial à atividade).

A agricultura realizada pelos descendentes dos primeiros alemães no Sertão de Santo Amaro apresentava este contorno comercial, o que se pode verificar principalmente quando se trata da cultura da batatinha, trazida pelos imigrantes em questão. Esta atividade, realizada com trabalho familiar e instrumentos de trabalho obtidos fundamentalmente com recursos da própria terra, gerava mercadorias comercializadas nos mercados de Santo Amaro. Afirmava-se que os gêneros agrícolas, produzidos em Santo Amaro, aumentaram consideravelmente a partir da imigração: “em 1837 Santo Amaro figura como o único município da província que produzia batatas” (ZENHA, 1977: 113), sendo, portanto, responsável pelo total de batatas consumidas na província (LANGENBUCH, 1968: 113). “Em toda a região de Santo Amaro e especialmente ao oeste dela, no lugar Itapeçerica, vivem numerosos colonos que ganham largamente a vida na produção de legumes e batatas que fornecem a São Paulo, bem como na venda de madeira e tábuas” (LANGENBUCH, 1968: 30).

### 1. A pequena indústria doméstica entre os caipiras do Sertão de Santo Amaro

Além da cultura da batata, o trabalho familiar do imigrante, nesta região do Sertão de Santo Amaro, também criou os engenhos de produção de farinha de mandioca e milho, cultura típica da agricultura caipira, influenciada pela tradição indígena. É expressiva a participação dos arredores paulistanos na produção de farinha de mandioca, correspondendo a 23% da produção provincial (LANGENBUCH, 1968: 114). Relata-se, por exemplo, que “(...) os Schuncks construíram uma represa de 8 alqueires (Stausee) que, através de uma roda d’água (Mühlrad), gerou eletricidade para as casas e para movimentar uma moderna serralheria (Sägewerk)”; esse aparato era empregado para movimentar “uma fábrica de moer mandioca (Mahlmühle). Também mantiveram uma criação de bicho de seda (...)” (RIBEIRO, 2002: 88-9). Esta produção também era comercializada em Santo Amaro, levando-se vários dias para percorrer o caminho entre as áreas produtoras e o mercado. Tarefa, esta, realizada com auxílio da tração animal.

Conforme o relato abaixo, do sr. Benedito Schunck, mesmo nos engenhos de farinha predominava a lógica da economia doméstica e do trabalho familiar:

**Pesquisador (P):** E a mãe do sr. trabalhava com o quê?

**Sr. Benedito RoschelSchunck (B):** Farinha, fazia farinha de mandioca, farinha de milho, plantava o milho, plantava o feijão... tratava da filharada, porque era 14 filho, né... (...) Toda semana ia 50 alqueire de farinha.

**P:** Plantava a mandioca aqui e...

**B:** Isso... tudo na mão mesmo. Hoje tem a máquina prapáa mandioca, tem uma prensa mais prática pra prensá... Tem um sobrinho aí em cima que tem um engenho de farinha. Uma moleza fazê farinha. Mas naquela época, nós quase morria na fumaça. O forno de torrâ farinha era dentro do engenho. Aquilo tocava fumaça pra dentro do engenho... hoje meu irmão fez o forno com a boca pro lado de fora. Dentro do engenho não tem mais fumaça.

**P:** Quantas pessoas trabalhavam num engenho desse aí?

**B:** Umás oito pessoa... todo mundo da família.

**P:** Não tinha ninguém contratado?

**B:** Pouquinho... às vez vinha duas pessoa ajudar, mas é quando apertava muito o serviço. Mais era meu pai, só a turma da família, nós moleque. Tinha um toquinho

lá, tinha que rapá mandioca. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

A presença dos engenhos de farinha no sertão de Santo Amaro é notada no trabalho de Schimidt sobre as áreas de alimentação em São Paulo. O autor começa descrevendo a atividade:

Nas vizinhanças de São Paulo, além de Santo Amaro, estão as localidades de Parelheiros e Colônia, região onde, faz pouco mais de um século, ocorreu a primeira colonização oficial do governo da província, mediante a venda de glebas agricultáveis, com imigrantes alemães. Ali, o pessoal da roça tanto consome a farinha de mandioca como a de milho. Por isso que os ‘engenhos de farinha’, como são chamados tanto os de fazer farinha de mandioca como os de preparar farinha de milho, coexistem e de maneira constante, no mesmo local, casa ou rancho. A força hidráulica aciona os dois maquinismos: o pilão para socar o milho fermentado e a roda para ralar as raízes da mandioca. Seria este local um dos pontos da zona de contato entre as duas áreas culturais de alimentação básica: a da farinha de mandioca, com sua retaguarda no litoral, e que até ali tivesse vindo ser, depois de vencer a Serra do Mar, como que invadindo o planalto; e a farinha de milho, característica das terras altas, de clima mais ameno, que se estendem pelo interior adentro (SCHIMIDT, 1967: 134).

Devido a esta característica de unir trabalho familiar na terra com mecanismos caseiros que aproveitavam a força das águas para aumentar a capacidade de trabalho, comenta-se:

Misto de culinária e indústria doméstica, a fabricação de farinha de mandioca nem sempre exige, por sua própria natureza, um local especialmente destinado à sua prática (...). Na periferia da área da mandioca, isto é, da alimentação básica com a farinha de mandioca, como acontece com a faixa de contato situada na borda do primeiro planalto – região de Colônia-Parelheiros, por exemplo – tanto o preparo da farinha da mandioca, quanto o da de milho, é realizado no mesmo local. Região abundantemente irrigada, os maquinismos indispensáveis à fabricação de uma e outra são movimentados a água. A roda de ralar e os pilões. As casas de farinha são por isso mesmo, construídas à beira dos córregos e, portanto, muitas vezes, a razoável distância das habitações. Fechadas ou em aberto, tais sejam os recursos do proprietário. (SCHIMIDT, 1967: 141).

É importante notar que alguns membros da família camponesa podiam dedicar-se ao trabalho em outras indústrias rurais como carvoarias, olarias e serrarias; era muito comum mudar de atividade ao longo da vida, conforme surgiam as oportunidades de trabalho. Verificam-se, portanto, entre as famílias instaladas na área rural de Santo Amaro, ocupações econômicas não agrícolas, as quais eram as principais maneiras de aquisição de dinheiro, apesar das condições brutais em que se realizava esse trabalho. Em alguns depoimentos obtidos em trabalho de campo, os entrevistados mais idosos contam que trabalharam no corte da madeira e na fabricação de carvão principalmente em épocas nas quais não havia outra saída para se obter dinheiro. No trecho seguinte, exemplificamos tal situação:

**Pesquisador:** O marido da senhora, quando a senhora casou ele trabalhava com o quê?

**Maria de Lourdes Schunck:** Ele trabalhava com uns carvão, tinha lá uns carvoeiro. Ele tombava os carvão na costa do burro, do matão trazia até onde o carro pegava os carvão e levava pra fora... era o serviço dele. Tinha lá uma porção [de terras da família] que o

pai dele tinha uns gado, umas 40 cabeça lá pro mato, e ele [também] tomava conta (...). Depois que casou aí ele vinha serrá, aí na serraria do meu pai. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Portanto, a extração de madeira da mata e a fabricação de carvão foram muito importantes, principalmente para famílias que tiveram situação de urgência causada pela pobreza. Foram as atividades nascidas no âmbito da economia doméstica que mais rapidamente ensejaram relações intermediadas pelo dinheiro com os mercados urbanos. Continuam sendo realizadas ainda nos dias de hoje, todavia, evidentemente, sob um novo contexto histórico. Eis porque vale a pena compreendermos como elas surgiram e como, transformando a região, elas mesmas se transformam.

De início, a escassa população do Sertão de Santo Amaro “dedicou-se à extração de madeiras da Mata Atlântica e à produção de carvão vegetal”. Proibida a primeira, continuava ainda em 1950 a existir “a segunda dessas atividades econômicas, em franco desenvolvimento sobretudo no chamado ‘sertão’ de Itapecerica da Serra”, onde a paisagem apresentava “os modestos carvoeiros, os rústicos fornos a soltar fumaça, a mata devastada de maneira irregular, os toscos ranchos de moradia”. Em geral, “os que trabalham em tal atividade não se dedicam a outras, limitando-se, quando muito, a pequenas plantações junto às casas em que habitam (couves, abóbora, mandioca, milho); os mantimentos de que necessitam vêm da Capital” (COSTA, 1958: 129). Conta-se sobre esses trabalhadores:

**Pesquisador:** E os caboclos que viviam aqui? Qual que era o trabalho deles, o que eles faziam?

**Sr. Benedito RoschelSchunck:** Mais é... naquela época funcionava mais derrubada de mato e fazê carvão. Hoje, não se pode nem falar nisso, mais naquela [época] era... era o serviço deles, era esse. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Para os camponeses posseiros, rendeiros ou mesmo pequenos proprietários de terras na região, o trabalho de extração de madeira da mata e fabricação caseira de carvão representava uma atividade que garantia a obtenção do equivalente geral de valor, ou seja, o dinheiro, cada vez mais necessário na medida em que a quantidade de terras necessária para o desenvolvimento dos modos de vida baseados na economia do excedente tornava-se escassa.

As relações de trabalho em tal atividade se davam da seguinte maneira: as famílias trabalhadoras pagavam certa quantia ao proprietário fundiário para que, em seu terreno, pudessem cortar a madeira. Os trabalhadores carvoeiros construía fornos rústicos nos quais transformavam a madeira cortada. Isso podia ser realizado tanto em suas próprias pequenas unidades domésticas de produção, quanto em meio à mata na qual extraía-se a matéria-prima. Dessa forma, além do pagamento em dinheiro pela permissão de retirada da mata, o trabalho vivo despendido pelo camponês, incorporado à terra na medida em que esta se transforma em campo, convertia-se em renda fundiária capitalizada nas mãos do proprietário. O carvão, por sua vez, era a mercadoria que o trabalhador possuía e vendia para distribuidores os quais atuavam junto aos mercados urbanos. O trecho do depoimento de d. Adélia, transcrito a seguir, nos permite remeter nossas afirmações acerca das relações de trabalho na fabricação do carvão ao encontro dos fatos relatados pela entrevistada ao contar sua história de vida:

**Pesquisador (P):** E aí quando a família da senhora chegou aqui, com o que vocês começaram a trabalhar?

**D. Adélia (A):** Eu acho que... ninguém queria nos arrumar serviço, não. Porque era gente nova no pedaço, né? Ia prum lado procurar serviço, num tinha... ia pro outro, era a mesma coisa. Tinha a serraria, aí, e ninguém arrumava [emprego para o marido da entrevistada], depois foi indo aí ficaram conhecendo alguns, né? Aí começaram a trabalhar no carvão, meu pai trabalhou no carvão, aí depois, começou a arrancar toco. Daí, fizeram uma plantaçozinha... e foi assim.

**P:** Como que era o trabalho com o carvão?

**A:** Tinha que fazer o forno, tinha que cortar a lenha... Aí enchia o forno de lenha, aí botava fogo, né? Aí fica uns dois, três dia no fogo, até que a fumaça fique azulzinha, aí depois fecha, aí sai o carvão, aí fica uns três dia ali fechado prá apagar o fogo, prá saí o carvão.

**P:** E a carvoaria que a senhora trabalha onde ficava?

**A:** Não tinha carvoaria, era só um forninho mesmo (...).

**P:** E ficava onde, aqui mesmo, nesse terreno?

**A:** Aqui mesmo nesse terreno. Aí, meu pai começou comprar um mato de pé, sabe? Num sei quanto é que cobravam por um mato de pé... e começou a fazer carvão lá prá... longe.

**P:** Como que é o negócio, mato de pé, que é isso?

**A:** É assim né, comprava o mato de pé, dava um tanto né, num pedaço de mato, combinava o preço. Meu pai ia lá com meus irmão, cortava e aí fazia os carvão.

**P:** E essa coisa que a senhora foi trabalhar lá longe, onde que é esse lá longe?

**A:** (...) nós lá faze carvão, uma hora, uma hora e meia de viagem.

**P:** Até onde chegava?

**A:** Ah... Lá praaqueles lados do Mambu [em direção à escarpa da Serra do Mar, já próximo à divisa com Itanhaém].

**P:** A senhora já chegou fazer esse caminho, ir até lá com as pessoas cortar a lenha, trazer e tudo?

**A:** Ih!!! Lá nós fazia o carvão, fazia mutirão pra derrubar o mato, fizemo forno e fazia o carvão lá.

**P:** E morava no meio do mato mesmo?

**A:** Não, não... nós ia todo dia.

**P:** Todo dia... ia do que?

**A:** Ah! Ia a pé, no burro, né? O burro levava as coisa que tinha que levar, e nós ia a pé.

**P:** E como que é trabalhar nisso aí, quando tá o inverno por aqui?

**A:** No inverno... a gente ia de saco, num tinha sapato pra pôr no pé [antes da gravação, a entrevistada nos contou que chegava a urinar nos pés para suportar o frio]. Naquele tempo dava geada, agora já não dá tanto, mas a gente ia pisando assim, tectec no gelo, e ia embora... meus pais, meus irmão, eu e minha irmã, que mora lá [aponta em direção à estrada da Ponte Alta, que segue até a beira da escarpa] (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Sobre o impacto da atividade carvoeira nos antigos bairros rurais, afirma-se que “de quando em vez, o ronco de um caminhão vem em busca do carvão ali preparado, quebra a tranquilidade sertaneja, resfolegando com dificuldade pelas estradas mal cuidadas e cheias de rampas fortes” (PENTEADO, 1958: 53). Muitos camponeses passam a ser dedicar integralmente ao corte de madeira e à fabricação de carvão. Tal atividade foi a causa da acelerada retirada da cobertura vegetal na região:

(...) a antiguidade do povoamento introduziu modificações profundas em sua cobertura vegetal. Hoje, na região de Cotia, restam apenas algumas matas secundárias e capoeiras de tamanhos variáveis; no mais, a paisagem acha-se intensamente humanizada. (...) Nesgas de capoeirões persistem nos vales mais profundos (como acontece no rio Cotia). Mas são as capoeiras, com 15, 20 e 30 anos de vida, e as capoeirinhas ou tigüeras, com vegetação arbustiva e difícil travessia, que bem caracterizam esses domínios de Mata Atlântica na zona de Cotia. (...). Já os capoeirões possuem árvores de 4 a 6 metros de altura e permitem mais fácil circulação em seu interior, apesar da presença de vegetação subarbustiva. Localizam-se ora nas encostas incultas, ora nos vales, contrastando sua presença com as quadras de terras de cultura ou a monotonia dos eucaliptais (...) (COSTA, 1958: 112).

Tratava-se de uma atividade que se intensificava conforme a necessidade dos mercados consumidores na metrópole (ganhando impulso máximo durante a segunda guerra mundial). Sua produtividade dependia exclusivamente da quantidade de madeira disponível, já que a mão-de-obra era mal remunerada e vivia com seus próprios meios em ranchos toscos na mata.

Também no Sertão de Santo Amaro surgiram as serrarias, cuja produção era voltada para abastecer parte do mercado paulistano (PENTEADO, 1958: 53), algumas delas em funcionamento até hoje. Além de ser comercializada nos centros urbanos próximos, a madeira serrada também era um importante material de construção em toda a área do antigo Sertão de Santo Amaro. Como já mencionado anteriormente, muitas casas tinham suas estruturas feitas com esse material, fartamente encontrado na mata. Dessa disponibilidade de madeira, aproveitaram-se algumas famílias de imigrantes que montaram, em meio aos arrabaldes rurais do sudoeste de São Paulo, estas indústrias rurais, de modo a tornarem-se os primeiros habitantes do local a disporem de dinheiro o suficiente para começarem a adquirir bens mais sofisticados, como os veículos automotores:

**Pesquisador (P):** E a senhora se casou... quando a senhora se casou seu pai trabalhava com que?

**Maria de Lourdes Schunck(ML):** Com serraria.

**P:** Sempre trabalhou com serraria?

**ML:** Serraria, e tinha o engenho que ajudava fazer as farinhas lá. Tinha o caminhãozinho dele, o primeiro caminhãozinho do bairro, foi ele que comprou, no ano de 27... um caminhãozinho bem... bem pequenininho. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Quanto às relações de trabalho nas serrarias, muitas delas atualmente desativadas, é interessante acompanharmos o seguinte depoimento, mostrando a história de uma serraria, pertencente à famílias Schunck, que inicialmente funcionava quase inteiramente com trabalho familiar, incluindo-se o trabalho de jovens e crianças:

**Pesquisador (P):** O senhor mesmo, (...) trabalhou a maior parte da vida com serraria, então?

**S. Benedito Roschel Schunck (B):** Primeiro trabalhei como agricultor, quando era menor, depois que peguei uma idade que podia trabalhar com serraria, aí fui prá serraria. Trabalhei uns 10 anos na serraria, depois meu pai foi ficando de idade, desanimando... aí meus irmão, pegaram e acabaram com a serraria. Tinha engenho

de farinha, tinha várias serraria nessa região aqui, mas depois virou... e não pode ter mais nada.

**P:** E a serraria como é que era? Ele [o pai] trabalhava com pessoal contratado também na serraria, ou não?

**B:** Tinha alguns só, mais no mato pra cortar madeira, tinha uns... (...) Mas a turma dele era grande. Quase não dependia de muita gente. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Na direção dessas serrarias, estiveram algumas famílias de proprietários de terras (como os Reimberg e os Schunck). Sobre as transformações nas oficinas e no mercado de materiais de construção, conta o sr. Marinho Reimberg:

**Sr. Marinho Reimberg:** (...) minha família, quando chegou aqui, a providência foi montar uma serraria. Só que as coisas eram tão difíceis que, em 1829, que meu tataravô chegou aqui e com essa intenção, porque havia muita tora, muita madeira... aí fez artesanalmente, até 1914. Que ele já não vivia mais, mas tinha o filho dele, ele conseguiu trazer todas as peças da Alemanha. Uma caldeira, e montou uma serraria a vapor, tipo maria-fumaça, o vapor que fazia as polias girarem. De 1914, essa serraria trabalhou até 1966, ela trabalhou vários anos aqui na região.(...) O mais forte é o que foi na questão das serrarias porque já tinha muita madeira, aí além da família Reimberg, tinha a família Schunck, que é aqui em Cipó, também, e que acabou montando uma serraria. Então, eles serravam aqui e levavam na fábrica de móveis, tinha uma muito grande na rua Anchieta, em Santo Amaro, e o gozado eram levados no lombo do carro-de-boi. E você sabe... todo mercado começa quando tem alguém querendo comprar uma mercadoria. Aí, na Segunda Guerra Mundial, houve um consumo muito grande do carvão, por causa do gasogênio, tinha uma siderúrgica no Jabaquara, a Libert... que tem até hoje, e ela consumia muito na fabricação de armas. Então, o consumo de carvão, o quanto produziu aqui, era o quanto ela consumia. Aí já começou a entrar, por volta de 1939/40 os caminhões, já começaram a chegar até aqui pra carregar, os carros-de-boi transportavam onde a área era mais difícil, depois daqui pra frente os caminhões levavam. Aí uma época começaram a surgir as padarias dos portugueses em São Paulo, que consumia muita lenha, e aí nos anos 50 as olarias também produziram bastante tijolos. Então foi passando por todos processos. Que nem, eu mesmo, minha família. Passamos da serraria, passamos pra olaria, meu pai cortou lenha, extraiu carvão e eu agora faço blocos de cimento e vendo material de construção em geral, então a gente teve ligado na construção da região o tempo todo, praticamente 180 anos numa atividade só. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

As olarias também foram uma importante atividade da indústria doméstica e, quando transformados em empreendimentos maiores, constituíam oportunidade de emprego para o excedente dos trabalhadores nos núcleos domésticos familiares:

As olarias se multiplicam por toda a região, aproveitando o mais possível os depósitos argilosos acumulados nas várzeas. Criam uma paisagem típica, em que se destacam as construções alongadas, os grandes fornos e suas chaminés, as infindáveis pilhas de tijolos (e, menos frequentemente, também telhas) secando ao sol nos terreiros, as amassadeiras e

os barreiros em exploração ou já abandonados. Em sua maior parte, a produção se destina à capital, para onde é transportada em caminhões. Brasileiros, espanhóis ou italianos são, geralmente, seus proprietários, muitos deles residindo em São Paulo e deixando no local prepostos seus; a mão-de-obra é predominantemente caipira. A técnica utilizada, como acontece em outras áreas suburbanas, é bastante rudimentar. (COSTA, 1958: 129-30).

No seguinte depoimento, o entrevistado conta como essa atividade foi importante na geração de renda familiar, mencionando inclusive os motivos de sua decadência posterior:

**Pesquisador:** O sr. mesmo já chegou trabalhar com fabricação ou de carvão, ou olaria, ou qualquer coisa assim?

**Sr. Benedito RoschelSchunck:** Trabalhei muito com olaria, de 25 ano pra cima aí... de vinte e cinco até quarenta ano trabalhei com olaria. Tinha olaria aqui na frente... aí fomo largando mão disso... o tijolo ficou muito barato, e começou a vir o bloco, né? O bloco... com o bloco não deu mais lucro fazê tijolinho. Mas naquela época nós se sacrificava, viu?! (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Sobre a dificuldade de trabalho nas olarias, temos o depoimento do sr. Marinho, cuja família esteve há muitas décadas no ramo dos materiais de construção:

**Pesquisador (P):** O processo de fabricação do tijolo como é?

**Sr. Marinho Reimberg (M):** O processo de fabricação do tijolo é o seguinte... Tem que retirar a argila adequada... dois, três tipos de argila. Coloca num estoque... num depósito. Aí cê tem que ter a quantidade de água. Molha ela dum dia pro outro, e tal... Depois tem um negócio chamado pipa, que é um barril assim [mostra em gestos um tanque redondo], com umas facas cortantes [dentro], e em cima tem uma madeira assim [novamente com gestos, no sentido transversal], que, na ponta, dois animais puxam aquilo lá, e a pessoa tem que jogar o barro ali dentro, por cima, e ele sai por baixo bem amassadinho. Dali vai prá um terreiro, prá um terreno onde, aí, você pega manualmente, põe nas formas... aí deixa pra secar. Você tem que gradiá ele todo pra secar, depois leva no forno. Aí tem que queimá... então é um processo demorado e difícil.

**P:** E a condição de trabalho, como é que é?

**M:** As piores possíveis, eu que trabalhei com isso... era praticamente um trabalho escravo que existia na região, só trabalha pessoas que não encontravam outro tipo de serviço. Então... normalmente se bebia muito, entendeu... crianças desnutridas, doentes, sem condição de higiene nenhuma...

**P:** E o tipo de pagamento que se fazia era o que, era salário?

**M:** Era por produção, e pagava semanalmente, tinha estipulado por produção. E quando chovia, era tudo no descoberto, então chovia, parava tudo a produção, e aí, a pessoa se endividava com o dono do armazém. Quando vinha o sol e ele produzia, ele tinha que pagar aquilo que ele tava devendo, e como o tempo, aqui, é bastante instável, quando se pensava que ia ganhar algum dinheiro, chovia de novo. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Observa-se, enfim, a presença da pequena indústria rural no seio da produção desenvolvida pelas famílias descendentes de imigrantes no Sertão de Santo Amaro, de modo que fica evidente o complexo de atividades produtivas se mesclando numa estrutura que tinha em sua base a família

enquanto unidade de produção e consumo estabelecendo relação com os mercados urbanos de São Paulo, para os quais se forneciam as mercadorias de acordo com as demandas da cidade.

### **Conclusão**

A partir dos depoimentos apresentados neste trabalho, é possível compreender como se deu o desenvolvimento das atividades econômicas a partir das quais se estabeleceu a formação do subúrbio rural ao sul de São Paulo. Com base na lógica da economia doméstica (na qual na família atua como uma unidade de produção e consumo a partir da sua terra de trabalho) desenvolveram-se as atividades agrícolas e da pequena indústria rural por meio das quais estas terras passaram a estabelecer uma relação tributária em relação à cidade. Seja no fornecimento da batata, do carvão e da madeira ou de quaisquer outras mercadorias produzidas nas terras do Sertão de Santo Amaro, o trabalho familiar fundado na economia doméstica foi o meio pelo qual, contraditoriamente, se criou tanto a paisagem rural quanto a relação entre campo e cidade, por conta da qual a cidade de São Paulo passou a propriamente se caracterizar como tal.

### **Referências**

- CHAYANOV, Alexander V. *The theory of peasant economy*. Madison, Wis.: University of Wisconsin Press, 1986.
- COSTA, Emília Viotti Costa. “Cotia e Itapeverica da Serra, subúrbios agrícolas”. In: Azevedo, Aroldo. *A cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana. Volume IV – Os subúrbios paulistanos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da grande São Paulo*. Estudo de geografia urbana. Tese de Doutorado. São Paulo, Rio Claro, 1968.
- LÊNIN, Vladimir Il’ich. *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital. Estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.
- PENTEADO, Antônio Rocha. “Os subúrbios de São Paulo e suas funções”. In: Azevedo, Aroldo. *A cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana. Volume IV – Os subúrbios paulistanos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.
- RIBEIRO, Evanice Maria Högler. *Os alemães dos núcleos coloniais de Santo Amaro e Itapeverica da Serra (1831/1914)*. Tese de Doutorado, FFLCH-USP. São Paulo, 2002.
- SCHIMIDT, Carlos Borges. “Áreas de alimentação em São Paulo”. In: Bruno, Ernani Silva. *São Paulo – Terra e povo*. Porto Alegre: Ed. Globo 1967.
- SHANIN, Teodor. *Clase incomoda: sociologiapolitica del campesinado en una sociedad en desarrollo – Rusia 1919-1925*. Madrid: Alianza, 1983.
- SIRIANI, Sílvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo alemã: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889)*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2003.
- ZENHA, Edmundo. *A vila de Santo Amaro*. São Paulo: S. C. P., 1977.